



## **PRECARIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO: para onde tem caminhado a Educação no Brasil?**

Aline de Carvalho Moura<sup>1</sup>

Andreia Gomes da Cruz<sup>2</sup>

Luciane da Silva Nascimento<sup>3</sup>

Igor Andrade da Costa<sup>4</sup>

Adriana de Almeida<sup>5</sup>

### **Resumo**

O artigo problematiza os caminhos da educação no Brasil, a partir do debate de algumas categorias como a mercantilização, a proletarianização e a precarização. Com o objetivo de apresentar alguns contextos do avanço da agenda neoliberal na política educacional brasileira, parte de uma fundamentação teórico-metodológica pautada no materialismo histórico-dialético, pensando como a educação se configura a partir das imposições do mercado que têm se sobreposto aos papéis sociais da educação em um movimento de subjugação das instituições educacionais à lógica privada-mercantil. Busca, ao longo do texto, analisar algumas particularidades da formação docente e da própria organização da educação como instituição do Estado, apresentando os enlaces entre as reformas neoliberais impostas pelo governo brasileiro que caminham conjuntamente às condicionalidades impostas pelos Organismos Internacionais.

**Palavras-chave:** Educação pública; políticas educacionais; reformas neoliberais.

### **PRECARIOUSNESS, COMMODIFICATION AND PROLETARIANIZATION: where is education in Brazil heading?**

### **Abstract**

This article problematizes the paths of education in Brazil, based on a debate about categories such as commodification, proletarianization, and precarization. Aiming to present some contexts of the advancement of the neoliberal agenda in Brazilian educational policy, it starts from a theoretical-methodological foundation based on historical-dialectical materialism, considering how education is configured from the impositions of the market that have superseded the social roles of education in a movement of subjugation of educational institutions to the private-mercantile logic. Throughout the text, it seeks to analyze some particularities of teacher training and the organization of education itself as a state institution, presenting the links between the neoliberal reforms imposed by the Brazilian government and the conditions imposed by International Organizations.

**Keywords:** Public education; educational policies; neoliberal reforms.

Artigo recebido em: 09/04/2026 Aprovado em: 10/09/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEPe30372>

<sup>1</sup> Doutora pelo ProPEd/UERJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc/UFRRJ) e do Departamento de Educação e Sociedade/IM/UFRRJ). E-mail: [licacmoura@hotmail.com](mailto:licacmoura@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professora Adjunta e atual Coordenadora no Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: [andreia.gomes25@yahoo.com.br](mailto:andreia.gomes25@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Educação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: [luciane.estrela@gmail.com](mailto:luciane.estrela@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor e Mestre em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: [igorgeografo@gmail.com](mailto:igorgeografo@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutora em Educação pela UFF. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. E-mail: [adriana.almeida@uerj.br](mailto:adriana.almeida@uerj.br)

## 1 INTRODUÇÃO

As reformas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas evidenciam o avanço da agenda neoliberal e a redefinição do papel do Estado no campo da educação. Desde a década de 1990, o país tem adotado orientações advindas de organismos internacionais, como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que passaram a influenciar os rumos das políticas vinculadas à educação brasileira.

Em um cenário de intensificação das reformas neoliberais de caráter conservador, direcionadas à desqualificação, ao ataque e à deslegitimação da educação pública perante a sociedade brasileira, as instituições educacionais, em todos os seus segmentos, têm sofrido diferentes formas de interferência que impõem uma dinâmica de funcionamento e de organização que simulam as condições do mercado por meio da gestão Gerencialista da Administração Pública. Trata-se de um movimento mais amplo de disseminação das práticas político-econômicas da agenda neoliberal em âmbito global. No entanto, ainda que o modo de regulação social neoliberal seja imposto em âmbito global, sua reprodução é mediada por dinâmicas locais da efetivação do capitalismo.

No Brasil, a redefinição da relação entre Estado e sociedade, intensificada nos anos 1990, por meio da Reforma do Aparelho do Estado, aponta para ações privatistas e mercantis que transformam por dentro a lógica da organização dos processos educacionais.

Pensando o contexto neoliberal que tem invadido as instituições educacionais, buscamos problematizar os caminhos e os descaminhos da educação no Brasil, considerando o avanço do neoliberalismo, a partir do debate de algumas categorias como a mercantilização, a proletarização e a precarização. Frente a essa problematização, o artigo tem o objetivo de apresentar alguns contextos de neoliberalização da educação brasileira, pensando nos impactos tanto no trabalho docente quanto nos processos de formação, chegando inclusive à própria organização das políticas curriculares, onde temos observado uma intensificação dos fundamentos que atribuem significado e valor à qualificação profissional e à aquisição de um rol de competências para a formação da classe trabalhadora. Trata-se de um movimento de ataques à educação, instrumentalizados por meio de leis e decretos que precarizam o trabalho docente e proletariza as políticas públicas de formação.

Para debater sobre as relações que se estabelecem entre os processos educacionais e as políticas que sustentam o modelo de sociedade que permeia a própria forma de organização das instituições que a compõem, partimos de uma fundamentação teórico-metodológica pautada no materialismo histórico-dialético, dentro de um viés sócio-histórico de análise, pensando como a

educação tem se configurado e reconfigurado a partir dos interesses de mercado que têm se sobreposto aos papéis sociais da educação, em um movimento de subjugação das instituições educacionais à lógica-privada-mercantil. A partir de uma análise teórico-documental conjuntamente a um estudo empírico, buscamos analisar particularidades da formação docente e da própria organização da educação como instituição do Estado voltando-se para uma discussão que coloca em evidência as políticas públicas direcionadas à educação, apresentando os enlaces entre as reformas neoliberais impostas pelo governo brasileiro que caminham conjuntamente às condicionalidades impostas pelos Organismos Internacionais.

As condicionalidades e as imposições advindas dos Organismos Internacionais, apesar de terem um caráter globalizado, têm atingido de forma mais agressiva países de capitalismo dependente como o Brasil, pois se impõe não só por meio de marcos legais, mas também por meio da legitimação dos simbolismos e valores neoliberais que esvaziam os mecanismos de regulação social que poderiam conter a mercadorização dos direitos sociais. Para dar conta desse debate, apresentamos um cruzamento dos processos de financeirização na Educação Básica e Superior que têm modificado as formas pedagógicas e até a própria subjetividade dos indivíduos envolvidos nesse processo, o que tem promovido o desmonte das universidades públicas, a intensificação e a desqualificação do trabalho docente e um massivo desinvestimento governamental viabilizado pelo adensamento das políticas neoliberais e conservadoras, principalmente a partir do golpe de 2016.

No que diz respeito à financeirização, a compreendemos como uma dinâmica renovada do capital financeiro voltada a favorecer a extração do lucro por meio do pagamento de juros e dividendos aos investidores institucionais (bancos, seguradoras, bancos de investimento, fundos privados de investimento. Deste modo, entendemos que a financeirização não rompe com o capital financeiro e nem com formas tradicionais de obtenção do lucro por meio da exploração do trabalho. Na lógica neoliberal, os processos de financeirização têm adentrado os espaços educacionais de diferentes formas e impondo-lhes uma dinâmica muito específica de funcionamento.

Nos últimos anos, o serviço público de maneira geral, mas em especial a educação, tem sofrido ataques sistêmicos que tem propiciado um agravamento na forma de organização institucional e uma precarização dos processos formativos. Na tentativa de apresentar a complexidade dessa discussão, uma vez que traz à tona as articulações político-institucionais entre os interesses privado-mercantis para a educação e os papéis indutores do Estado brasileiro neste processo, optamos por pensar alguns caminhos em que podemos pontuar de forma mais concreta os impactos das políticas neoliberais no campo educacional.

Dentre os direcionamentos possíveis para esse debate, optamos por apresentar três caminhos para pensar os rumos da educação no Brasil: o primeiro seria a partir dos dados do Censo

da Educação, com os quais podemos evidenciar as consequências das políticas implementadas nos últimos anos; o segundo caminho seria a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o domínio quantitativo das instituições privadas no Brasil, apresentando como referencial empírico a Ânima Educação, na tentativa de evidenciar como grupos privados têm organizado a oferta de vagas na educação superior de modo a intensificar os mecanismos de extração do lucro e valorização financeira das suas marcas no mercado de ações; e por fim, como terceiro caminho, nos propomos a apresentar como a reestruturações das políticas curriculares têm atribuído novos significados à qualificação profissional em um movimento que não só precariza o trabalho docente, mas impacta as políticas públicas de formação inicial através de um viés mercantilizado de educação.

## **2 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

Pensar sobre o fenômeno da precarização do trabalho docente no Brasil, nos conduz a situá-lo no contexto mais amplo da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 nos países centrais do capitalismo, e a problematizar esse processo em países de capitalismo dependente como é o caso do Brasil, onde este movimento ganhou centralidade nos anos 1980, provocando alterações significativas na organização do trabalho:

A flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil. As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil. A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mutações no espaço microcômico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora. (Antunes, 2014, p.41)

Diante desse cenário, compreendemos que o trabalho docente não permaneceu imune às relações determinadas pelo capitalismo. Pelo contrário, os docentes se veem cada vez mais propícios a diferentes formas de precarização. Em um processo de crescente mercantilização dos contextos educacionais, que passa a ser administrado pela lógica empresarial – mercantil, o trabalho docente tem ido impactado tanto no que tange à formulação de políticas públicas quanto na organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino, em todos os níveis.

Assim, entendemos que as transformações impulsionadas pelo neoliberalismo intensificam a precarização do trabalho, sobretudo no campo educacional, uma vez que o afastamento do caráter formador do trabalho traz prejuízos ao caráter crítico e emancipador da educação (Brettas; Terra, 2025). Tais processos de afastamento e esvaziamento das funções docentes manifestam-se no

Brasil, por exemplo, pela progressiva opção dos entes federados em optarem pela contratação temporária de docentes em detrimento do concurso público, aumentando cargas de trabalho e realizando rodízios que prejudicam não só o trabalho em si, mas o próprio processo formativo.

Dados do Censo da Educação Básica (2024), amplamente divulgado pela mídia, indicam que, pelo terceiro ano consecutivo, os docentes temporários são maioria nos estados brasileiros:

A pesquisa revela que havia 331.440 docentes concursados (49,96%), contra 331.971 contratados apenas por "temporada" (50,04%). Essa última modalidade, em geral, envolve condições de trabalho mais precarizadas, como a ausência de aumentos ou de bônus (como quinquênios) por tempo de carreira (Tenente, 2025, sem página).

Esse modelo de política coaduna com os conjuntos de reformas educacionais implementadas na década de 1990 no Brasil, cujo objetivo central foi reformar o aparelho do Estado. Assim, os princípios da administração gerencialista foram transferidos para a educação pública, incidindo diretamente na gestão escolar e na carreira docente. Muitos profissionais atuam há anos nas escolas públicas, mas em condições precarizadas de trabalho, pois além de receberem salários menores, não dispõem de plano de carreira e precisam lecionar em várias escolas e assumir mais turmas para compor a carga (Palhares, 2024).

O avanço da precarização do trabalho docente na educação básica expressa as contradições do projeto neoliberal na educação. De um lado, o discurso oficial sustenta a centralidade da educação como o motor para o desenvolvimento econômico e para competitividade global, "A educação é uma arma mais importante para colocar o Brasil no patamar mais elevado de competitividade" (Lula, 2024, sem página). De outro, o cotidiano das escolas revela a desvalorização sistemática dos profissionais responsáveis por concretizar esse projeto. Dessa forma, entendemos que a precarização do trabalho dos docentes não deve ser vista apenas como um efeito secundário, mas sim como um componente essencial do projeto neoliberal, que tem como objetivo cortar gastos, flexibilizar e adaptar a educação aos princípios do mercado.

Os problemas já presentes na educação básica espalham-se no ensino superior privado, pois a financeirização e a ampliação do modelo empresarial agravam a precarização do trabalho docente. Nos níveis básicos de ensino, podemos notar como o projeto neoliberal se entrelaça com a organização do trabalho e da carreira dos educadores; no ensino superior, essa dinâmica se torna ainda mais intensa, alterando de maneira significativa as funções e as condições de trabalho dos professores. No setor privado, a lógica principal é a busca contínua por lucro, colocando a formação acadêmica em segundo plano em relação a normas empresariais, que priorizam mais a rentabilidade do que a qualidade do ensino e o desenvolvimento humano.

Nos últimos anos, temos testemunhado um intenso movimento do capital financeiro sobre a educação, particularmente no ensino superior, marcado pela expansão do setor privado e mercantil. As transformações na educação superior privada no Brasil redefiniram formas históricas de socialização do conhecimento e de contratação do trabalho docente a uma dinâmica favorável à reprodução do capital financeiro, em decorrência de políticas governamentais que favoreceram a privatização do ensino.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (2023), foram registradas 2.580 instituições de educação superior (IES), distribuídas da seguinte forma: 2.264 (87,8%) eram privadas e 312 (12,2%) públicas. Além disso, a rede privada foi responsável por 95,6% das mais de 24,6 milhões de vagas ofertadas — grande parte delas concentrada em um número reduzido de grupos financeiros que dominam o setor educacional.

Embora haja uma vasta produção de pesquisas e análises sobre a financeirização e o neoliberalismo na educação superior brasileira, as questões referentes ao trabalho docente em instituições financeirizadas — nas quais os processos produtivos se subordinam à criação de valor para os acionistas — ainda permanecem pouco exploradas e sem respostas conclusivas.

Nesse sentido, torna-se fundamental examinar o regime de trabalho dos docentes da educação superior no Brasil, uma vez que ele expressa de forma concreta os impactos dessas transformações estruturais sobre a profissão e sobre a própria organização do ensino.

Em 2023, a educação superior no Brasil contou com 368.290 docentes em atividade. No que se refere ao regime de trabalho, verifica-se a predominância dos contratos em tempo parcial e horista, conforme a distribuição apresentada a seguir.

|         | <b>Organização Administrativa</b> | <b>Geral</b>   | <b>Tempo integral</b> | <b>Tempo Parcial</b> | <b>Horista</b> |
|---------|-----------------------------------|----------------|-----------------------|----------------------|----------------|
| Privada | Universidade                      | 52.779         | 19.129                | 18.938               | 60.221         |
|         | Centro Universitário              | 63.599         | 18.194                | 26.951               | 63.901         |
|         | Faculdade                         | 70.255         | 15.141                | 32.299               | 58.572         |
|         | <b>Total Geral</b>                | <b>186.633</b> | <b>52.464</b>         | <b>78.188</b>        | <b>182.694</b> |

Fonte: Censo da Educação Superior (2023)

Distribuição Geral dos docentes

| <b>Categoria</b>            | <b>Geral</b> | <b>Tempo integral</b> | <b>Tempo Parcial</b> | <b>Horista</b> |
|-----------------------------|--------------|-----------------------|----------------------|----------------|
| <b>Universidade</b>         | 178.382      | 145.770               | 32.612               | 17.014         |
| <b>Centro Universitário</b> | 46.227       | 18.819                | 27.408               | 18.756         |
| <b>Faculdade</b>            | 52.671       | 17.428                | 35.243               | 27.119         |

|             |         |         |        |        |
|-------------|---------|---------|--------|--------|
| IF e CEFET  | 27.845  | 27.285  | 560    | 276    |
| Total Geral | 368.290 | 209.302 | 95.823 | 63.165 |

Fonte: Censo da Educação Superior (2023)

Ao desdobrarmos a análise por organização administrativa, constatamos que as instituições públicas — especialmente as universidades — apresentam os melhores indicadores no que se refere ao regime de trabalho docente. Nas universidades, 74,6% dos professores possuem contrato em tempo integral, percentual significativamente superior ao verificado nos centros universitários (29,0%) e nas faculdades (21,8%).

Nas faculdades, observa-se a predominância de docentes em tempo parcial (44,2%), além de um quadro expressivo de professores com formação em nível de mestrado (43,2%). Ainda nesse grupo, verifica-se o maior percentual de docentes com titulação de especialização (26,2%), evidenciando diferenças significativas em relação ao perfil formativo e contratual dos professores segundo a organização acadêmica (INEP, 2024, p. 30).

Os dados apresentados refletem alguns impactos da financeirização da educação superior privada, pois a abordagem empresarial que orienta essas instituições promove modelos contratuais que são mais flexíveis e baratos. Isso resulta na diminuição de vínculos duradouros e na ampliação da contratação de professores por hora. Essa situação tornou-se viável com a aprovação da nova Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, que alterou significativamente os contratos de trabalho no Brasil. A relação dos docentes tem se limitado apenas à atividade em sala de aula, reduzindo a dimensão produtiva e comprometendo a autonomia dos professores.

Nesse contexto, a forma como o trabalho é organizado revela um processo de deterioração nas condições de trabalho dentro do setor financeiro privado, uma vez que as relações de trabalho são influenciadas pela dinâmica do capital e pelo objetivo de maximizar os lucros para os investidores, em desvantagem das instituições de ensino superior públicas. Na educação mercantilizada, o lucro instituiu-se em metas.

### **3 MERCANTILIZAÇÃO E AÇÃO DO CAPITAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: o caso da Ânima Educação**

No contexto neoliberal, muitas têm sido as frentes para o debate sobre a mercantilização da educação. Para Leher (2021, p. 24), “a mercantilização abrangente e avassaladora da educação no Brasil pode ser evidenciada pelo *managment* nas instituições públicas e pela subordinação da educação privada-mercantil à forma-mercadoria, por meio da ação direta do capital”.

O processo de mercantilização é observado na materialidade educacional quando analisamos as formas de organização e administração, por exemplo, das cestas de negócios dos

grupos controladores, onde a educação aparece no folder das mercadorias negociáveis como ativos nas bolsas de valores. Outra dimensão importante desse processo se refere às alterações na composição das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que avançaram em função das mudanças nos dispositivos legais viabilizados por meio de um conjunto de desregulamentações e flexibilizações do setor.

Dentro de uma perspectiva mercantilizada, a educação progressivamente deixou de ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado e passou a ser concebida como mercadoria sob a lógica dos serviços. A vinculação estreita entre educação, economia e financeirização (Laval, 2004) é reflexo das transformações históricas e sociais operadas nas últimas décadas nos países de capitalismo avançado e nas economias de capitalismo dependente (Fernandes, 1975).

A lógica privatista e mercantil que tem direcionado a educação brasileira tem insuflado todo um processo de financeirização da educação superior privada que precisa ser compreendido a partir de um duplo movimento. Por um lado, o Estado com o seu papel indutor das políticas de mercantilização e desregulamentação do setor que turbinaram o processo e, por outro, o próprio mercado que foi conformando a educação à lógica terciária.

Considerando esse contexto de mercantilização atrelado ao processo de financeirização dos processos educacionais e a ação do capital no ensino superior brasileiro nos propomos a analisar as formas de organização do negócio educacional, utilizando como referencial empírico o grupo Ânima Educação<sup>1</sup>. Ao tomarmos como referencial empírico a Ânima Educação, por meio de uma análise materialista, atrelada a uma abordagem histórico-social, temos como foco evidenciar como este grupo reorganizou a sua oferta de vagas na educação superior de modo a intensificar os mecanismos de extração do lucro e valorização financeira das suas marcas no mercado de ações.

Ao realizar um estudo sobre a atuação do grupo Ânima Educação considerando a dinâmica renovada de ação do capital como parte fulcral do processo de financeirização da Educação Superior no país e potencializada, principalmente, pela indução da agência estatal, que ao modificar as legislações promoveu inferência econômica via desregulamentação e flexibilização do setor, tentamos apresentar as articulações político-institucionais que impulsionam os grupos privados alimentados pela legalidade e pela legitimidade do governo brasileiro.

Os apoios governamentais frente às demandas do setor privado têm gerado um processo de concentração e centralização das empresas da Educação Superior, o que tem resultado na formação dos grandes oligopólios, imprimindo uma dinâmica renovada à ação empresarial. Caracterizada pela intervenção dos fundos de investimento privados por meio de títulos acionários, rapidamente estes fundos e empresas de *private equity* passaram a controlar as maiores e mais importantes mantenedoras das IES. O exame dos relatórios dos maiores grupos educacionais confirma

que o fomento à Educação Superior privada, materializado no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), foi fundamental para a entrada do capital financeiro no setor.

Na prática, estas instituições antes pequenas, alguns familiares alçaram a condição de grandes corporações. Com os incentivos e renúncias fiscais, o fundo público tem garantido o crescimento sem precedentes desses grupos na educação superior. Há de se considerar as transformações ocorridas nas últimas décadas, com a intensificação das políticas ultraneoliberais (Behring, 2021) na educação, e consequentemente ao processo de formação dos oligopólios educacionais e de abertura de capitais.

O grupo Ânima Educação - na bolsa de valores brasileira B3 divulgada como Ânima Holding SA - se apresenta como um ecossistema de ensino, que atualmente concentra em torno de 380 mil estudantes distribuídos em 18 IES e em mais de 500 polos educacionais pelo Brasil:

Nesses mais de 20 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contamos com uma rede de 18 instituições de ensino superior com campi localizados nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembí Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Além de contar com a Inspirali, empresa que reúne todos os cursos de medicina do nosso Ecossistema. Integradas também ao Ecossistema Ânima estão marcas especialistas em suas áreas de atuação, como HSM, HSM University, EBRADI (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, além do Instituto Ânima (Ânima, 2025, sem página).

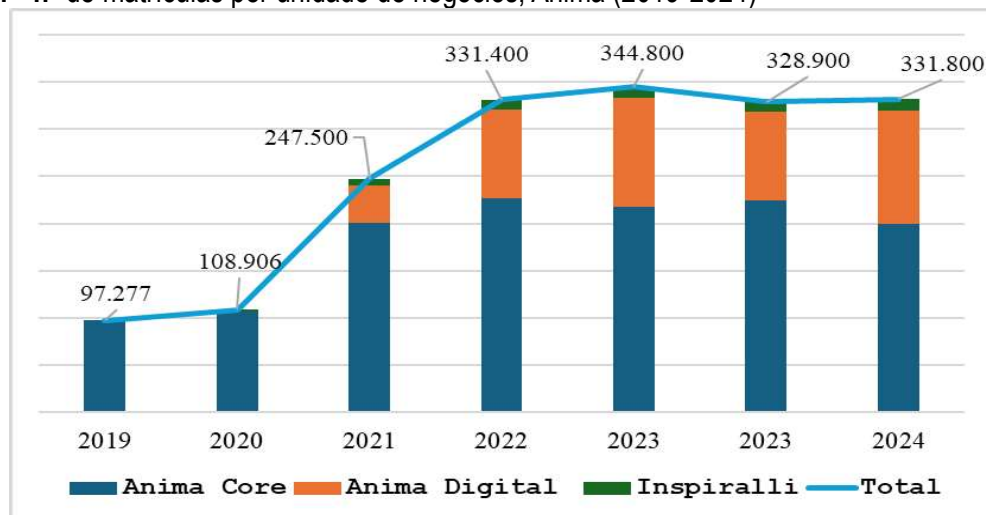
Com um portfólio robusto, o grupo se apresenta com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação. Essa máxima é laureada na maior parte dos sites dos grupos que atualmente controlam o ensino superior privado mercantil no país. O que na aparência conota um caráter 'filantrópico' supostamente interessado no desenvolvimento do país, certamente mascara a essência do fenômeno que é a obtenção de lucros com as marcas adquiridas via bolsa de valores.

A Ânima Educação iniciou a sua história em 2003 com o propósito direto de se constituir um grupo controlador de IES, por meio de aquisições e incorporações que já materializavam em sua entrada um robusto processo de reestruturação administrativa, acadêmica e financeira das marcas adquiridas.

No site da Ânima é apresentado uma linha do tempo na qual observamos, entre os anos de 2003-2025, 23 aquisições. Isso sem contabilizarmos as parcerias e os movimentos de expansão orgânica, oferta de ações, entre outros. Essa movimentação típica da lógica do mundo mercantilizado e financeirizado trouxe uma nova materialidade para a organização das IES controladas, principalmente com a introdução do ensino híbrido operado em 2017 pelo grupo o que, obviamente, potencializou a

extração de lucros. Essa dinâmica fica evidente quando observamos o crescimento robusto no número de matrículas (gráfico 1) que, não por acaso, coincide com esse ciclo temporal:

**Gráfico 1 - nº de matrículas por unidade de negócios, Anima (2019-2024)**

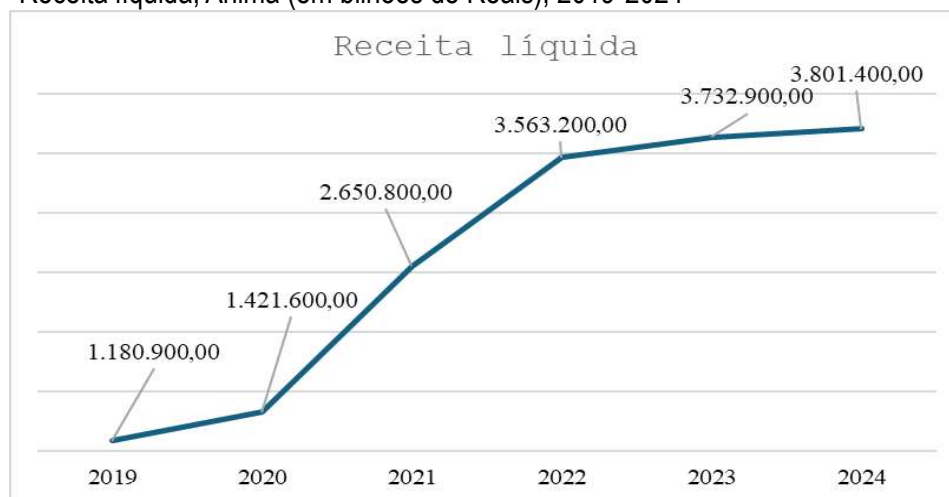


Fonte: elaboração própria a partir de Release de Resultados (2019-2024).

O crescimento no número de matrículas, também, evidencia um outro importante elemento na dinâmica renovada da ação empresarial, trata-se da oferta de vagas conforme a modalidade de ensino por faixa de renda. Deste modo, a oferta de suas vagas nos cursos de graduação foi disposta em três 'unidades de negócio': Anima Core, Anima Digital e Inspiralli. A Anima Core abarca as operações presenciais (incluindo, o ensino híbrido), a Anima Digital abrange os cursos em EaD e a Inspiralli é a vertical de medicina da holding.

Quando analisamos a receita líquida da holding (gráfico 2) observamos um salto robusto que coincide justamente com o momento de aquisição (2023) e de integração (finalizada em 2024) dos ativos da Laureate.

**Gráfico 2 - Receita líquida, Anima (em bilhões de Reais), 2019-2024**

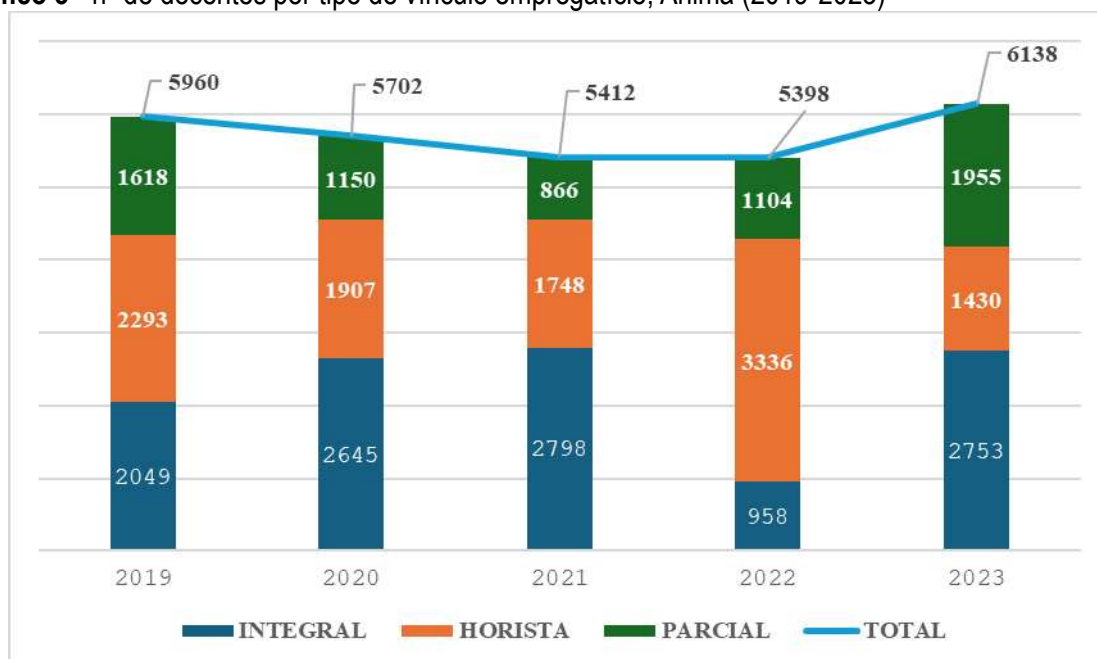


Fonte: elaboração própria a partir de Release de Resultados (2019-2024).

Esse crescimento é apresentado pela holding como um diferencial no Release de Resultados do 2º trimestre de 2025 por meio da comparação entre os resultados do 1º semestre deste ano com o 1º semestre de 2024. Também, observamos um alinhamento à indução do ensino híbrido agraciado no release pela CEO do grupo como forma de antecipação aos novos marcos legais da EaD no país. Em verdade, o que se evidencia é uma naturalização de uma modalidade cuja qualidade carece de muitas análises sob a sua materialidade.

Outro elemento que evidencia a subsunção real da educação à lógica financeirizada trata-se da lucratividade que o grupo obtém sob os custos da força de trabalho, que são flexibilizados via intensificação e precarização do trabalho docente. Observamos mudanças estruturais na composição contratual (gráfico 3) colocada em prática pela reengenharia tão agraciada na página do grupo e laureada como forma de redução de custos em seus relatórios.

**Gráfico 3** - nº de docentes por tipo de vínculo empregatício, Anima (2019-2023)



Fonte: elaboração própria dos Microdados do Censo da Educação Superior (2025)

Entre os anos de 2019 e 2020 observamos um número maior de docentes em regime horista e parcial o que evidencia uma tendência presente nas ações das holdings no que tange à economia nos custos da força de trabalho, gerando o aumento das taxas de lucratividade. Vemos um equilíbrio entre os regimes contratuais em 2021, mas que se reverte consideravelmente no ano subsequente. A quase equiparação entre docentes de regime integral com as formas flexíveis de contratação no ano de 2023 parece um movimento cadenciado pela incorporação da Laureate.

Com base nos dados apresentados nos gráficos, podemos apontar para uma mercantilização de 'novo tipo', no sentido de maior aprofundamento e novos recursos de

reorganização, engendrando a refuncionalização das instituições educacionais e a precarização do trabalho docente em decorrência da financeirização das IES que requerem o aumento na escala da exploração do trabalho.

No entanto, é preciso pontuar que não só através da refuncionalização das instituições educacionais e da precarização do trabalho docente os processos de mercantilização têm sido reafirmados na educação brasileira. As estratégias de mercado têm se infiltrado nos meandros mais profundos dos processos educacionais, sendo afirmados no próprio processo pedagógico, atingindo os sujeitos de forma a potencializar os processos de naturalização do contexto neoliberal em um movimento de proletarianização que é bem conveniente aos interesses de mercado. A lógica mercantil e gerencialista tem sido posta inclusive nos currículos dos cursos de formação através de reestruturações das políticas curriculares, que intensificam e ressignificam a formação inicial desses docentes inculcando nestes sujeitos um rol de competências para a formação da classe trabalhadora, cada vez mais distanciado de uma visão crítica e emancipadora de educação.

#### **4 O PROCESSO DE NEOLIBERALIZAÇÃO INFILTRADO NAS POLÍTICAS CURRICULARES**

A neoliberalização da educação tem se dado de muitas formas ao longo das últimas décadas. Temos observado uma reconfiguração profunda dos processos educacionais desde a Educação Básica até a Educação Superior, atingindo de maneira bem incisiva inclusive os cursos de formação de professores. A incorporação da lógica das competências nos cursos de formação inicial intensificou esses processos. A ‘separação’ recorrente entre teoria e prática, consolidada por resoluções e diretrizes oficiais, resultou em currículos fragmentados, com reduzido espaço para reflexão crítica.

A expansão da lógica das competências para os cursos de formação inicial de professores produziu impactos significativos na organização curricular e nas condições de trabalho docente. A dicotomia na formação, consolidada por sucessivas portarias e resoluções, tem resultado em uma formação fragmentada, na qual a dimensão crítica e política do trabalho educativo tende a ser secundarizada. Esse cenário aprofunda a precarização docente, compreendida não apenas como perda material de direitos, mas também como processo ideológico de desvalorização e de controle sobre o fazer pedagógico.

Esse processo de neoliberalização tem trazido marcas não só aos professores das escolas e das universidades, mas tem marcado de maneira muito particular os processos formativos da docência, através de elementos centrais como: a adoção do ideário da competência, a fragmentação curricular e a ampliação de mecanismos de avaliação externa e padronização de indicadores. Nesse

contexto, a precarização do trabalho docente emerge não apenas como consequência material da perda de direitos, mas também como fenômeno simbólico, relacionado à desvalorização da autonomia pedagógica e ao controle sobre as práticas formativas.

A noção de competência tornou-se eixo organizador das políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990. Inspirada em modelos internacionais, essa lógica foi difundida como estratégia de adaptação da escola às exigências da reestruturação produtiva e da globalização econômica. Como observa Gentili (2001), tratava-se de alinhar a educação às demandas do capital, reduzindo-a à função de preparar trabalhadores flexíveis e polivalentes.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PNQ), lançado no governo Fernando Henrique Cardoso, constitui exemplo paradigmático. O programa buscava articular formação e empregabilidade, substituindo a concepção de educação integral por um modelo instrumental centrado em habilidades específicas. Esse deslocamento não ocorreu apenas na educação profissional, mas também repercutiu no ensino superior e, particularmente, nos cursos de licenciatura. Com a intensificação dos processos neoliberalizantes nos últimos anos, em especial pós golpe de 2016, o resgate a uma formação pautada em competências traz de volta a visão técnica e a formação vinculada à empregabilidade, típica do ideário neoliberal em uma lógica de proletarização, em que os processos educacionais marcam a desigualdade de oportunidades desde a implementação das políticas curriculares.

No plano internacional, organismos como a OCDE difundiram indicadores e avaliações comparativas, como o PISA, que reforçaram a lógica da padronização. No Brasil, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a crescente centralidade das diretrizes curriculares nacionais expressam essa mesma racionalidade. A culminância desse processo ocorreu em 2018, com a publicação da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), que estabeleceu parâmetros obrigatórios de competências docentes.

A BNC-Formação reforça a missão da universidade de formar profissionais adaptáveis às transformações do mercado, utilizando expressões como inovação pedagógica, flexibilidade curricular e competências como eixos da formação. Tais elementos, embora apresentados como modernização, ocultam mecanismos de controle e padronização do trabalho docente. Antunes e Filgueiras (2020) lembram que, no capitalismo contemporâneo, a retórica da inovação muitas vezes encobre formas mais sofisticadas de exploração, reproduzindo, no campo educacional, o mesmo movimento de intensificação do trabalho que caracteriza outras áreas do setor de serviços. Ao vincular a formação à empregabilidade, esvazia-se a dimensão social e emancipatória da educação, deslocando seu foco para a preparação de indivíduos ajustados às demandas imediatas do mercado.

Apple (2006) adverte que as reformas neoliberais não apenas alteram currículos, mas transformam o próprio papel do professor, reduzindo-o a executor de prescrições externas. Frigotto (2009) acrescenta que a noção de competência traduz a subordinação da educação ao capital, apagando sua dimensão crítica e emancipatória. Antunes (2009) interpreta esse movimento como precarização estrutural, marcada pela intensificação, pela flexibilização e pela perda de autonomia intelectual do trabalho docente.

Assim, o currículo deixa de priorizar a formação integral e passa a ser estruturado em torno de resultados mensuráveis, avaliado por indicadores de desempenho. Essa transposição de uma lógica empresarial para o campo educacional aprofunda a desigualdade educacional, produzindo currículos fragmentados e distanciados das demandas sociais e históricas.

No contexto neoliberal, o trabalho docente vem sendo ressignificado desde os processos formativos chegando ao interior desse sujeito, ao naturalizar a educação dentro de um viés muito técnico e pouco crítico. Nesse cenário, há de criar resistências em todos os âmbitos institucionais a fim de repensar a lógica impetrada na educação brasileira.

## **5 CONCLUSÃO**

Após apresentar três caminhos para pensar os processos de neoliberalização da educação brasileira, percebemos o importante papel do Estado na implementação e na legitimidade da lógica mercantil nos processos educacionais. O Estado não é vítima das decisões do neoliberalismo global, mas sim algoz das decisões que têm ressignificado o papel social da educação no Brasil. A investigação permitiu compreender que a precarização do trabalho docente, longe de ser um fenômeno pontual ou conjuntural, insere-se em um processo histórico mais amplo, articulado às transformações do Estado e à hegemonia das políticas neoliberais.

O objetivo central das reformas implementadas é a adaptação do Estado aos interesses do capital. Para além disso, pontuamos que a expansão da ideologia neoliberal no campo educacional visa, de maneira preponderante, redefinir a política de formação humana, direcionando-a para a produção de sujeitos ajustados às exigências do mercado. Nesse contexto, as reformas têm provocado o sucateamento do setor educacional, impulsionado pelo desfinanciamento, pela precarização da carreira docente – marcada pela adoção de contratos temporários e por condições de trabalho desfavoráveis.

Demonstramos, empiricamente através da análise da Ânima Educação, que a lógica empresarial passou a redefinir os objetivos próprios da educação, onde o lucro se faz valer às custas

dos processos formativos. Nesse sentido, recorremos a Brettas (2020, p.22) para compreensão do neoliberalismo e seus efeitos na sociedade brasileira, pois o neoliberalismo:

[...] é muito mais que um receituário imposto por organismos internacionais. É parte de um projeto de dominação de classes e está assentado em um conjunto de alterações que passam pela reestruturação produtiva, mudanças na organização do trabalho, do consumo, reconfiguração do Estado e financeirização.

As discussões empreendidas a partir das informações do Censo da Educação Básica e Superior revelam um cenário preocupante sobre os caminhos da educação no Brasil, especialmente no que se refere à profissão docente. As iniciativas governamentais adotadas nos últimos anos mostraram-se insuficientes para assegurar o cumprimento da Lei nº 11.738/2008, que visa garantir condições justas de ensino e trabalho.

No ensino superior, a ampliação da rede privada – em grande parte impulsionada pela financeirização – tem acentuado a fragilidade das condições laborais dos docentes. Isso se expressa nas estatísticas que apontam a elevada incidência de contratos temporários e por hora, reduzindo o professor à função de mero executor de tarefas pedagógicas, desprovido de sua atuação plena como educador, que deveria articular ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a concentração da oferta de vagas em grandes conglomerados educacionais reforça a mercantilização do ensino e enfraquece a função social da educação superior.

Considerando a questão central que se coloca, indaga-se: para onde caminha a educação no Brasil? Os dados apresentados indicam que a educação segue por um caminho arriscado, no qual o futuro tende à perpetuação das desigualdades e ao agravamento das condições de trabalho docente.

## **REFERÊNCIAS**

ANIMA EDUCAÇÃO. **Histórico e perfil corporativo**. 2025. Disponível em: <https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idMateria=A5TrcK/G412f8FtIVNVgCA==&linguagem=pt>. Acesso em: 21 set. 2025.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados** 28 (81), 2014, p.39-53. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtFD3Yw6YXTTB3YXL/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 03. set. 2025.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BEHRING, E. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRASIL. **Censo da Educação Superior (2023)**. Principais Resultados. Disponível em: [https://abmes.org.br/arquivos/documentos/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2023-siteabmes.pdf](https://abmes.org.br/arquivos/documentos/notas_estatisticas_censo_escolar_2023-siteabmes.pdf). Acesso em: 7 set. 2025.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRETTAS, A. C.F.; TERRA, M.F.O. A contratação temporária de professores na educação básica sob a influência do neoliberalismo. **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 24, n.1, p.72-81, já/jun. 2025. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/27642/11621>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Global, 1975.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2009.

GENTILI, P. **A pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: [https://abmes.org.br/arquivos/documentos/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2023-siteabmes.pdf](https://abmes.org.br/arquivos/documentos/notas_estatisticas_censo_escolar_2023-siteabmes.pdf). Acesso em: 7 set. 2025.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851/24600>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LULA, L. I. A educação é a arma mais importante para colocar o Brasil no patamar mais elevado de competitividade", diz Lula em Osasco (SP). **Presidência da República**, 05 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/201ca-educacao-e-a-arma-mais-importante-para-colocar-o-brasil-no-patamar-mais-elevado-de-competitividade201d-diz-lula-em-osasco-sp>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PALHARES, I. Em 10 anos, escolas estaduais do país perderam um terço dos professores efetivo. **Folha de S. Paulo**, 24 de abril de 2024. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/em-10-anos-escolas-estaduais-do-pais-perderam-um-terco-dos-professores-efetivos.shtml>. Acesso em: 3. set. 2025.

TENENTE, L. Sem aumentos ou plano de carreira, professores temporários são maioria nos estados pelo 3º ano seguido, diz **Censo 2024. G1**. 09 de abril de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/09/sem-aumentos-ou-plano-de-carreira-professores->

**PRECARIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO: para onde tem caminhado a Educação no Brasil?**

temporarios-sao-maioria-nos-estados-pelo-3o-ano-seguido-diz-censo-2024.ghtml. Acesso em: 03 set. 2025.

## **Notas**

<sup>1</sup> Pesquisa auspiciada pela FAPERJ, Edital APQ1 2023.